



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Des. Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009073-60.2014.8.17.0000 (348303-6)

IMPETRANTES : ANNA KAROLINE SANTANA DE MEDEIROS
SEBASTIÃO JOSÉ LEITE DOS SANTOS FILHO
CLARISSA RODRIGUES DO NASCIMENTO RADER
PACIENTE : DANILO DOS SANTOS
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADADO
COMARCA : PETROLINA – 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

HABEAS CORPUS. TRÁFICO ILÍCITO DE DROGAS. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM PREVENTIVA. REVOGAÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO E CONCESSÃO DA LIBERDADE PROVISÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. NECESSIDADE DA CUSTÓDIA CAUTELAR PARA GARANTIA DA ODEM PÚBLICA. PERICULOSIDADE DO AGENTE EVIDENCIADA. ELEVADA QUANTIDADE DE CRACK APREENDIDA NA RESIDÊNCIA DO PACIENTE. ORDEM DENEGADA. DECISÃO UNÂNIME.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Habeas Corpus nº 0009073-60.2014.8.17.0000 (348303-6)**, no qual figuram como partes as retronominadas, ACORDAM os Desembargadores componentes da Quarta Câmara Criminal deste Tribunal de Justiça, **à unanimidade de votos, em denegar a ordem** nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este aresto.

Recife,

23/09/2014.

Des. ODILON DE OLIVEIRA NETO
Relator Convocado



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009073-60.2014.8.17.0000 (348303-6)

IMPETRANTES : ANNA KAROLINE SANTANA DE MEDEIROS
SEBASTIÃO JOSÉ LEITE DOS SANTOS FILHO
CLARISSA RODRIGUES DO NASCIMENTO RADER
PACIENTE : DANILO DOS SANTOS
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADADO
COMARCA : PETROLINA – 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

RELATÓRIO:

Cuida-se de Habeas Corpus Liberatório, com pedido liminar, impetrado pelos advogados ANNA KAROLINE SANTANA DE MEDEIROS, SEBASTIÃO JOSÉ LEITE DOS SANTOS FILHO e CLARISSA RODRIGUES DO NASCIMENTO RADER em favor de **DANILO DOS SANTOS**, qualificado às fls. 02 dos autos, apontando como autoridade coatora o Juiz de Direito da 1ª Vara Criminal da Comarca de Petrolina.

Os impetrantes relatam que o paciente foi preso em flagrante no dia 06 de julho de 2014, por tráfico ilícito de drogas. Posteriormente, em 09/07/2014, o flagrante foi convertido em prisão preventiva.

Sustentam a ilegalidade da prisão preventiva sob os seguintes argumentos: falta de motivação idônea do decreto preventivo; ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP; e, gozo de condições pessoais favoráveis.

Pleiteiam, ao final, que seja concedido o direito do paciente responder ao processo em liberdade.

A inicial veio acompanhada dos documentos às fls. 23/58.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

O pedido liminar foi indeferido em decisão interlocutória às fls. 65/66.

A autoridade indicada coatora prestou informações às fls. 74/75, relatando o trâmite processual.

As informações vieram instruídas dos documentos às fls. 76/85.

A Procuradoria de Justiça, pela Procuradora Adriana Fontes, ofertou parecer às fls. 89/90, opinando pela denegação da ordem.

É o relatório.

Recife, 23/09/2016.

Des. ODILON DE OLIVEIRA NETO
Relator Convocado





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

HABEAS CORPUS Nº 0009073-60.2014.8.17.0000 (348303-6)

IMPETRANTES : ANNA KAROLINE SANTANA DE MEDEIROS
SEBASTIÃO JOSÉ LEITE DOS SANTOS FILHO
CLARISSA RODRIGUES DO NASCIMENTO RADER
PACIENTE : DANILO DOS SANTOS
RELATOR : DES. ODILON DE OLIVEIRA NETO
CONVOCADO
COMARCA : PETROLINA - 1ª VARA CRIMINAL
ORGÃO : 4ª CÂMARA CRIMINAL
JULGADOR
PROCURADORA : ADRIANA FONTES

VOTO:

Como visto, trata-se de pedido de Habeas Corpus Liberatório formulado em favor de **DANILO DOS SANTOS**, relativamente ao processo nº 7564-02.2014.8.17.1130, a que responde na 1ª Vara Criminal de Petrolina, pela prática do delito previsto no art. 33 da Lei nº 11.343/06 (tráfico ilícito de drogas).

A tese defensiva é a do não cabimento da prisão preventiva do paciente.

Os argumentos defensivos são: falta de motivação idônea do decreto preventivo; ausência dos requisitos previstos no art. 312 do CPP; e, gozo de condições pessoais favoráveis.

Examino:

No caso concreto, constato que a prisão em flagrante foi convertida em preventiva, sob o fundamento da garantia da ordem pública. Ponderou o magistrado processante que a custódia cautelar do paciente é necessária pela gravidade concreta do delito e para prevenir a reiteração criminosa.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Desembargador Alexandre Guedes Alcoforado Assunção

Agiu corretamente o magistrado singular.

Consta do decreto de prisão preventiva que uma guarnição da PM, depois de receber uma denúncia de que um indivíduo estaria comercializando droga em sua própria residência, foi até o local e lá flagrou o paciente de posse de 60 pedras de crack, envolvidas em papel alumínio, prontas para comercialização e armazenadas em um saco de ração de farelo de milho.

A própria defesa, às fls. 03, aduz que o paciente confessou que "comprou a droga para vender".

In casu, a quantidade e a natureza da droga apreendida (60 pedras de crack), bem como o local e as circunstâncias da apreensão, por si sós, denotam o alto grau de envolvimento do paciente com o tráfico ilícito de drogas, evidenciando, por consequência, a sua periculosidade, o que demanda a manutenção de sua custódia preventiva para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP.

Além disso, observo que a defesa não se desincumbiu do ônus de provar que o paciente exerce profissão lícita, apenas tendo acostado a certidão do alistamento militar dele às fls. 42, o que, evidentemente, não é suficiente.

Nesse contexto, não vislumbro qualquer ilegalidade na segregação provisória do paciente.

Isso posto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, **voto pela denegação a ordem.**

É como voto.

Recife, 23/09/2014.

Des. ODILON DE OLIVEIRA NETO
Relator Convocado